



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento "Implantação das Obras de Ligação Viária entre os Municípios Santos e Guarujá (Túnel Submerso)", de responsabilidade da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A e do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, realizada em 12 de novembro de 2013, na cidade de Santos.

Realizou-se, no dia 12 de novembro de 2013, às 17 horas, na Arena Santos, Avenida Rangel Pestana 184, Vila Matias - Santos /SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA do empreendimento "Implantação das Obras de Ligação Viária entre os Municípios Santos e Guarujá (Túnel Submerso)", de responsabilidade da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A e do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. (Processo n. 202/2012). O Presidente do CONSEMA e Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Bruno Covas, declarou abertos os trabalhos saudou e deu boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas das Excelentíssimas Senhoras Débora Blanco, Secretária-Adjunta do Gabinete de Santos e Ana Isabel Mesquita de Oliveira da Secretária de Planejamento e Gestão de Guarujá; do Poder Legislativo – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Evaldo Stanislau Affonso de Araújo, Vereador da Câmara Municipal de Santos e da Ilustríssima Senhora Telma de Souza, Deputada Estadual -; da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Alexandre Nogueira Santos, representante da Associação de Pedestrianismo Corre – Litoral Paulista; José Maria Silva, representante das Casas Populares da bacia do Macuco de Santos; Wagner Pontual, vice-Presidente da AMABE de Santos; Rubens Braga, representante da ONG Ciclosan de Santos -, do Poder Judiciário; Giulius Cesari Gomes, representante da ONG Coletivo Alternativa Verde, - dos órgãos públicos na pessoa do Ilustríssimo Senhor Laurence Casagrande, presidente da DERSA, - dos COMDEMAS, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA do empreendimento "Implantação das Obras de Ligação Viária entre os Municípios Santos e Guarujá (Túnel Submerso)", de responsabilidade da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A e do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. (Processo n. 202/2012). O Presidente do CONSEMA e Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Bruno Covas, passou a condução dos trabalhos para Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do CONSEMA que declarou sentir-se honrado pelo fato de, após 22 anos de audiências públicas, pela primeira vez, ter ao seu lado, o próprio secretário de Estado do Meio Ambiente e presidente do CONSEMA. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado para que todos opinem, formulem indagações, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos é presidida pelo Presidente do CONSEMA, e na ocasião conduzida pelo Secretário-Executivo, sendo composta ainda por até dois membros do CONSEMA, quando presentes, além de um representante ou da área de licenciamento ou da área responsável pela proposta que está sendo discutida, e convidou para tomar assento à Mesa dos Trabalhos o engenheiro ambiental Camilo Fragoso Giorgi, gerente do Setor de Avaliação Ambiental de Projetos de Transportes Rodoviários da CETESB. Luiz José Preto Rodrigues, Diretor de Engenharia do Departamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, enquanto Ivan Carlos Maglio, representante do Consórcio PRIME/ETEL, empresa responsável pela elaboração dos estudos, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, precisamente os motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena ocupação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e as medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se diretamente à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Alexandre Nogueira Santos, representante da Associação de Pedestrianismo Corra Litoral Paulista queixou-se pela insegurança gerada à comunidade, quando a DERSA veiculou na mídia local que residências do bairro Macuco iriam ser desapropriadas. No entanto, na presente audiência, a Prefeitura trouxe para discussão um novo traçado com desapropriações de casas na região do Macuco, Eusébio de Queiroz e José do Patrocínio. Relatou ser inadmissível ter que se discutir uma única alternativa e não a melhor, dentre outras propostas. Questionou sobre o impacto à mobilidade, já caótica da cidade, com a entrada de mais 18.000 carros, previstos com a implantação do túnel. José Maria Silva, representante das Casas Populares da Bacia do Macuco de Santos, ressaltou que será desastrosa a situação de muitos idosos, doentes e pobres se, de fato, forem desapropriadas 176 moradias, como se prevê. Para finalizar, dirigiu-se a DERSA e disse que ela não está conduzindo a situação de forma certa, sendo assim, quando derem início a obra “muita coisa vai voar”, máquina niveladora, empilhadeira, pás carregadoras porque “nós já estamos preparados para recebê-los”. Wagner Pontual, representante da Amabe - Santos, relatou que o pessoal do Estuário esteve reunido na Igreja, no dia anterior, juntamente com o representante do Prefeito e o Vereador Ladislau, que revelou a eles a existência de um novo traçado. Desta forma, a razão de estarem na audiência é conhecer de que forma ele afetará os moradores do Bairro Estuário, e ao mesmo tempo, ser solidário aos moradores dois demais bairros, pois a desapropriação representa o fim de muitos sonhos. Rubens Braga, representante da ONG Ciclosan-Santos, contou que, após aposentar-se, criou essa associação, principalmente, para atender os operários e estudantes que utilizam a bicicleta, rotineiramente. Explicou utilizar-se de metodologias estatísticas, que aprendeu na indústria, para acompanhar a efetividade das ações preventivas adotadas para a proteção de ciclistas, percorrendo sua atuação frente à CET, para alterar a metodologia de levantamento estatístico das mortes de ciclistas, no trânsito, de forma a torná-la mais próxima à realidade. Por fim, questionou a CET e a Prefeitura se





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambas estão implantando ciclovias dentro dos padrões de qualidade requeridos para reduzir o número dos acidentes com ciclistas, caso contrário sugeriu a adoção dos mesmos. Julius Cesari Gomes, representante da ONG Coletivo Alternativa Verde declarou ser contrário ao empreendimento desde seu início. Qualificou a audiência como sendo “uma farsa, orquestrada pela Prefeitura Municipal de Santos, pela DERSA e pelo Governo do Estado”. Afirmou que o estuário será altamente impactado e que o roteiro alterado do trajeto, segundo a legislação, deveria ter sido colocado à disposição da população, 45 dias antes da audiência pública, fato que não ocorreu. Explicou que isso se deve pelo fato do Estado, que não representa os cidadãos, ser favorável à implantação do túnel. Disse ainda, não ter sido incluído no Relatório de Impacto Ambiental um estudo de impacto urbano, ou seja, o Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV, não foi elaborado, assim como não há projeção sobre a destinação dos resíduos químicos que serão removidos do Canal do Estuário. Além disso, com essa proposta, todo o fluxo da Rodovia Imigrantes será direcionado ao centro da cidade. Com palavras de ordem, propôs que todos os presentes se juntassem, frente ao palco da audiência para interromper a audiência. Justificou tal paralização, como sendo um direito democrático para que a comunidade expresse seu sentimento de indignação contra o poder público e o empreendimento. Finalizou afirmando que a Prefeitura teria publicado no Jornal Tribuna o adiamento da audiência, para evitar que as pessoas comparecessem a mesma. Germano Seara Filho secretário-executivo, explicou ser de quem preside os trabalhos, a prerrogativa de encerrar a audiência e prosseguiu chamando por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome. José Francisco Carvalho Ramalho, declarou acreditar que as alternativas propostas de traçado devem não somente ser analisadas como também melhoradas. Verificou que após ler o estudo, possui dúvidas se o calado do Porto, dada a dimensão prevista em 21 metros, continuará adequado em futuro próximo, ou tornara-se um empecilho para logística dos navios e ampliação do Porto, tal como ocorreu com a Ponte de São Vicente, podendo paralisar a economia nacional, mesmo com o enorme aporte de investimentos. Acredita também ser insignificante o valor de 15 milhões, previsto para a compensação ambiental, diante do valor de 3,4 bilhões da obra e dos futuros ganhos financeiros que o Estado terá com o empreendimento, como por exemplo, com arrendamentos e pedágios. Danilo Costa de Oliveira, solicitou maiores esclarecimentos sobre como a DERSA, o DER e o Estado conduzirão os processos desapropriações, junto aos moradores e comerciantes afetados. Reclamou que não conseguiu ter acesso ao Estudo de Impacto Ambiental porque os respectivos arquivos eletrônicos para consulta, disponíveis nos sites da DERSA e do CONSEMA, estavam corrompidos, impossibilitando o acesso as informações. Por essa razão, alegou possuir poucos elementos para aprofundar a discussão. Lilian Cristina Vieira Neto, moradora do Estuário Macuco, lembrou que já foram realizadas duas audiências uma na Associação de Cabos e Soldados e outra na Escola Auxiliadora da Instrução. Na última audiência não se pode contar com a presença do Prefeito porque, na mesma ocasião, ele alegou que estaria negociando a mudança do traçado do túnel junto a DERSA. Na tentativa de suprir sua ausência, enviou um vídeo com uma mensagem para tranquilizar a população, de que a melhor solução seria adotada para que não houvesse desapropriações e ninguém ficasse sem suas casas. Relatou surpreender-se, quando, no dia seguinte, durante uma entrevista para um programa de televisão, o Prefeito manifestou-se de forma totalmente contrária ao que havia dito na audiência, defendendo a implantação de grandes obras em Santos. Lilian Cristina Vieira Neto, disse concordar de que a cidade precisa desenvolver-se, mas com obras tais como, a retomada de funcionamento do Hospital dos Estivadores; de um aparelho de raio-x para o pronto-socorro da Zona Leste; para prevenção de inundações; de mais creches para suprir a necessidade dos pais e mães. Então, reforçou compartilhar com opinião de que Santos precisa de grandes obras, inclusive de um túnel, mas que ele não é a prioridade do momento, uma vez que não adianta implantá-lo, quando faltam outros elementos mais preciosos para o bem estar da população, sem contar os empregos e patrimônios valorosos, que





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

serão perdidos. Finalizou requerendo que o trajeto do túnel seja alocado para a entrada da cidade, na Avenida Cônego Domenico Rangoni, onde de fato existe um enorme congestionamento, piorado pelo fluxo elevado de caminhões que se dirigem ao Guarujá. Marcelo Gonçalves Matos, 36 anos morador do bairro do Estuário, levantou dúvidas em relação a efetividade das audiências públicas porque os estudos de prospecção do solo e os buracos para a implantação da fundação já estão sendo realizados em frente da sua casa, fato que demonstra que o traçado já esta pronto, em fase de execução. Sendo assim, expôs que a participação da população de nada valerá a seu favor, visto que tudo já foi previamente decidido. Por isso, e pelo grande sacrifício que teve para comprar sua casa, avisou que recorrerá à justiça para impedir a desapropriação do seu imóvel. Itagiba Vidal queixou-se de que durante a audiência, a palavra democracia foi utilizada em vários momentos, assim como a expressão “os ritos devem ser mantidos, respeitados”, no entanto, não entende o motivo pelo qual esta audiência está acontecendo, se o traçado, qualquer um que seja, trará prejuízos à população. Ressaltou que todo o cidadão, de acordo com a legislação, tem direito a moradia e a garantia do seu cumprimento conta com apoio da presidente da República, por meio de projetos. Enfatizou que o trajeto jamais poderia ter sido decidido, sem antes fossem esgotadas, todas as discussões com a população. Desta maneira, não se pode permitir que se “passe por cima” de leis e normas, uma vez que várias das autoridades e servidores públicos, presentes nesta audiência, foram direta ou indiretamente colocados em seus postos pela população, para garantir o cumprimento da legislação. Além disso, lembrou que muito dinheiro público oriundo dos impostos, serão destinados a efetivação dessa obra, fato que reforça a importância da participação popular. Cilene Gonçalves, moradora do Estuário, declarou que os moradores são favoráveis ao túnel, desde que seu trajeto não atravesse a cidade inteira, porque causará enormes congestionamentos e acidentes nas Avenidas Afonso Pena e Rodrigues Alves. Se, por outro lado, seu início for alocado na entrada da cidade, no Alemoa e Valongo, a mobilidade urbana será menos comprometida, uma vez que essa região, possui muitos estacionamentos vazios e antigos casarões, não habitados. Débora Camilo, moradora do Macuco, relatou que não será diretamente afetada e sua luta não se refere as desapropriações que ocorrerão no Estuário e do Macuco, mas sim pela cidade como um todo, visto o caos que se estabelecerá na mesma. Queixou-se sobre a pouca importância que o Secretário do Meio Ambiente, Bruno Covas e o Prefeito destinam a questão, uma vez que ambos não compareceram ao convite da população para participarem da reunião, no dia anterior, na Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP. Contou que foi informada pela Prefeitura que a audiência pública é realizada pelo seu responsável, no caso a DERSA. Desta forma, questionou a DERSA sobre a validade da audiência, uma vez que ela não disponibilizou o estudo de impacto ambiental, 45 dias antes da audiência pública, conforme determina a legislação. Diante da irregularidade, questionou a Prefeitura porque ela não evitou que a audiência ocorresse. Passou-se, a manifestação dos representantes de órgãos públicos. Telma de Souza, deputada estadual enfatizou que a população, que representa, quer que o túnel seja implantado na entrada da cidade, próximo aos rios Sabó e do Meio, conforme o primeiro traçado da ECOVIAS, concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes porque, desta forma, não haverá nenhum tipo de desapropriação e impacto à mobilidade das Avenidas Afonso Pena e Rodrigues Alves, atendendo aquilo que se discutiu, ao longo de dois meses, junto com a população, em reuniões das quais participou, assiduamente. Contou que, em conversa com o Secretário de Estado dos Negócios Edmur Mesquita, expressou sua expectativa de que a decisão do traçado, chegue a um bom termo, porque o traçado que a Prefeitura apresentou irá desapropriar uma área muito mais extensa do que a alternativa da Baía do Macuco. Ela admitiu saber que existem pelo menos mais de dez traçados, sendo que os especialistas estão apresentando o que disseram ser o melhor, apesar da CODESP e da Marinha não concordarem essa alternativa, isto porque ele passará por cima do Cais de Outeirinhos, conhecido entre os moradores por Cais da Copa, local onde o Governo Federal investiu 260 milhões de reais. Afirmou, que não está havendo sintonia no planejamento das obras que estão sendo





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

previstas para a cidade e, se esse traçado for “empurrado goela abaixo”, o custo político para o Governo do Estado será altíssimo. Questionou a razão de se proceder dessa forma, se existem alternativas melhores, além da existência de algumas situações jurídicas que devem invalidar a decisão. Lembrou que no dia anterior, a Associação das Casas Populares entrou com um pedido para que a presente audiência não ocorresse, porque a população precisava de um tempo hábil para conhecê-lo e estudá-lo. Passou a listar as discordâncias jurídicas durante o processo sendo elas: a necessidade do estudo ser disponibilizado para população 45 dias antes; a ausência da elaboração do Estudo de Impacto a Vizinhança - EIV, garantido pelo Estatuto das Cidades; a não realização de levantamentos “in loco” para o estudo da população com a utilização de dados do IBGE que foram coletados em situação diferente referente à época da construção da ponte; o início antecipado das obras, dentre outras situações também apontadas na sentença judicial sobre a realização ou não da presente audiência. Telma de Souza, deputada estadual relatou que os materiais que forem removidos serão dispostos no lixão da Rhodia, há muito tempo contaminado. Lembrou que os moradores da Bacia, do Estuário e do Macuco, residem lá há 64 anos, em um conjunto humilde de pessoas, muitas são imigrantes de Portugal e, pelo menos a metade, com idades superiores a 70 anos e com problemas de saúde. Caso sejam desapropriadas, essas pessoas não terão lugar para onde ir, porque não possuem recursos financeiros suficientes para morar em Santos, dada a altíssima especulação imobiliária praticada na cidade. Finalizou, apelando para que autoridades ouçam a comunidade e respeitem suas raízes culturais tais como “os passarinhos que entram na Igreja, a escola de samba, a escola Auxiliadora da Instrução, que tem 100 anos de idade”. Ivaldo Estanislau Afonso de Araújo, vereador de Santos dirigindo-se aqueles a quem denominou de burocratas e tecnocratas da Prefeitura e da DERSA, alertou-os para que não duvidassem da sabedoria do povo. Comparou ser a postura dessas “Vossas Excelências” – “muitas vezes risinhos, entretidos com celulares, trocando confidências entre si” – muito diferente da postura do povo, que sente na pele, o que as excelências, em seus gabinetes refrigerados, não sentem. Dirigindo-se ao representante da DERSA, apresentou-se como médico, mestre e doutor, poliglota e autor de publicações internacionais. Disse que, há tempos, o mínimo que deveriam ter feito era prestar atenção ao que o povo vinha pleiteando. Lembrou a existência de várias formas de se fazer às coisas, sendo elas: do jeito certo e do errado, legal e ilegal, honesto e desonesto. Relatou que por tratar-se de pessoas que negociam com cartões do metrô e do trem, não ficou surpreendido pela velocidade, ganância, atropelo e açodamento com que buscam, a qualquer custo, fazer o túnel, fato este também constatado pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário ao proferir a sentença anulando a audiência pública, que realizada, portanto, *sub judice*. Lembrou que o próprio Prefeito – “vejam só, prefeito que inaugurou a moda do Avatar”, ou seja “ele não vem ao vivo, manda representantes ou filmes” – declarou no jornal *A Tribuna*, que iria procurar a justiça porque não estava contente com as obras no Porto dos Grãos, ou seja, a mesma Justiça que o prefeito vai procurar é a que propôs uma ação tornando nula esta audiência, é aquela que está do lado destes cidadãos a mesma Justiça que o senhor prefeito vai procurar. Apontou como desigual o nível de preocupação que se tem com a poluição das areias da Ponta da Praia, para qual são mobilizados “exércitos” para combatê-la, se comparada a falta de vontade política para tratar das questões de poluição por monóxido de carbono e sonora dos carros e a falta de mobilidade observada na cidade. Ainda com relação a poluição atmosférica, enfatizou que o próprio filme apresentado pela DERSA, diferentemente do que ela própria disse, mostrou mais de um caminhão passando pelo túnel. Questionou a DERSA, qual seria o tipo de engenharia inédita que está sendo proposta que, traz o trânsito para dentro da cidade, ao invés de tirá-lo e finalizou pedindo para que se faça o túnel onde ele tem que ser feito, ou seja, na entrada da cidade, situação de menor impacto. Débora Blanco, secretária adjunta do Gabinete do Prefeito de Santos, lembrou que o prefeito esteve nas audiências e comprometeu-se desde o início que o túnel iria ser revisto, que as questões de traçado e das rampas seriam rediscutidas com a DERSA, tendo sido apresentada, na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

audiência de hoje, uma nova opção. Outra questão, completou, diz respeito as desapropriações que ainda continuam sendo revistas e a mobilidade a ser garantida tanto para transporte das pessoas, como para as cargas. Finalizou externando que a Prefeitura continua aberta para as discussões sobre o traçado e esclareceu que, por trata-se de um processo de licenciamento, todos devem ser ouvidos. Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do CONSEMA que foi entregue uma moção com mais de 50 assinaturas, e este fato será registrado em ata, conforme prevê o regimento interno do conselho. Passou-se a última parte da audiência, quando a palavra novamente será dada ao representante do empreendedor. Ivan Carlos Malho, representante do Consórcio PRIME/ETEL, lembrou ser a audiência pública, qualquer que seja, um processo democrático, onde se discutem vários traçados, e que dentre os existentes, aquele apresentado pela Prefeitura é o menos impactante. Explicou que, o traçado localizado fora da cidade é para caminhões, não para pessoas, ônibus e bicicletas. Ressaltou que os ciclistas fazem, atualmente, parte do trajeto em balsas e barcos, mas poderão fazê-lo utilizando somente o túnel, no qual está prevista uma célula específica para bicicletas. Dado o adiantado da hora, Germano Seara Filho Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do CONSEMA, solicitou a Ivan Carlos Malho, representante do Consórcio PRIME/ETEL e ao representante da CETESB, encaminhassem suas respostas, por escrito, para serem juntadas ao processo. O Secretário Executivo do CONSEMA apresentou ainda argumentos a fundamentar e justificar a exigência de publicidade das audiências públicas do modo como definida em lei, e, depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tais contribuições deveriam ser encaminhadas à CETESB. O Presidente do CONSEMA e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, Rosana Maria Henrique, bióloga lotada no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

